

Eletricidade no ar: a cobertura do Jornal Nacional sobre as hidrelétricas do rio Madeira

Roberto Lestinge é jornalista e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada - ESALQ - CENA - USP.

Endereço para correspondência: Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada - ESALQ - CENA.

Av. Pádua Dias, 11 - Caixa Postal 9

13418-900 Piracicaba, SP

e-mail: lestinge@esalq.usp.br

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior é professor associado do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ - USP.

Endereço para correspondência: Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada - ESALQ - CENA.

Av. Pádua Dias, 11 - Caixa Postal 9

13418-900 Piracicaba, SP

e-mail: almeidaj@esalq.usp.br

Recebido em 08/2009. Aceito em 10/2009.

Introdução

Existem diversas vertentes metodológicas para realizarmos a análise das notícias veiculadas pela televisão. Estas vertentes representam diferentes compromissos teóricos, políticos e sociais. Sem entrar em uma discussão detalhada sobre os motivos desta opção, o presente artigo procura mostrar como a Análise Crítica de Discurso (ACD) pode contribuir para explicitar disputas que são travadas, neste momento histórico, em torno das questões ambientais nos principais veículos de comunicação. Se, por um lado, utilizamos a ACD como instrumento de análise, por outro lado, partimos do Modelo de Propaganda proposto por Edward Herman e Noam Chomsky (2003) para refletir sobre os interesses corporativos que podem estar em jogo na cobertura jornalística sobre as questões ambientais. Pensamos que esta hibridação teórica é não apenas possível, mas também necessária.

A Análise de Discurso tem sido utilizada por uma série de pessoas com interesses, atitudes epistemológicas, compromissos sociais, objetos de estudo e preocupações teóricas diferentes. Portanto, pessoas que atuam em diversos campos científicos utilizam a Análise de Discurso em suas investigações. Em sua discussão sobre o que é Análise de Discurso, Barbara Johnstone (2008) aponta esta diversidade como uma dificuldade adicional para que se possa estabelecer uma única definição sobre a Análise de Discurso. A mesma autora afirma que, ao denominarmos estes procedimentos de Análise de Discurso e não simplesmente de Análise da Linguagem, estamos reforçando a idéia de que o interesse desta análise está centrado não na linguagem como um sistema abstrato, mas nos usos que fazemos dela para “trocar informações, expressar sentimentos, fazer coisas acontecerem, criar beleza, entretermo-nos uns aos outros e assim por diante”. (JOHNSTONE, 2008, p.3)

A Análise Crítica de Discurso propõe-se como uma nova disciplina (BLOOR; BLOOR, 2007, p. 4), filia-se ao conjunto de grupos e vertentes que empregam a Análise de Discurso e também congrega um vasto conjunto de usuários com interesses e posturas diferentes. No entanto, a Análise Crítica de Discurso assume explicitamente um compromisso social com os grupos oprimidos e procura colocar suas análises a serviço destes grupos. (VAN DIJK, 2008; FAIRCLOUGH, 2008; RESENDE; RAMALHO, 2006)

Este compromisso social tem enormes conseqüências práticas durante o processo de análise. Entre as diferenças, podemos destacar as seguintes: foco nas relações de poder; a ACD busca revelar como os discursos podem servir à emancipação ou podem servir ao exercício do poder; embora a objetividade possa ser uma meta, esta é considerada inalcançável e sempre permeada por elementos subjetivos do pesquisador (experiências, fundamentação teórica etc.); ausência de método único; interdisciplinaridade.

Apesar disto, existem similaridades com outras práticas de Análise de Discurso como a utilização de: “análise gramatical; análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicativos; análise retórica; análise estilística; análise de estruturas específicas (...); análise conversacional da fala em interação; análise semiótica de sons, imagens e outras propriedades multimodais do discurso e da interação” (VAN DIJK, 2008, p.11). Neste trabalho, exploramos bastante a contextualização da informação e a reposição de informações que

estavam faltando na notícia e que potencialmente interferem no julgamento que as pessoas podem fazer a respeito do assunto noticiado.

A Análise Crítica de Discurso tem sido empregada com sucesso na análise de temas ambientais (BEAUGRAND, 2004; SAINT, 2008). No entanto, sua aplicação sobre estes temas ainda é bastante limitada. O emprego da ACD poderia revelar os mecanismos de poder envolvidos nos discursos sobre as questões ambientais, bem como as estratégias discursivas utilizadas por empresas, mídia, cientistas, governos e ambientalistas, entre outros geradores de textos sobre questões ambientais.

O Modelo de Propaganda proposto por Herman e Chomsky (2003) mostra que as notícias produzidas pelos veículos de comunicação podem ser sistematicamente distorcidas em função de processos de filtragem. Eles propõem cinco filtros para explicar as distorções encontradas nas notícias sobre a política externa norte-americana. Estes filtros são os seguintes: 1) "porte, propriedade e orientação para o lucro da mídia de massa"; 2) dependência de recursos da publicidade; 3) fontes de informação; 4) reações negativas dos poderosos; 5) ideologia pró-mercado.

A distorção produzida por estes filtros pode levar tanto à supressão de informações quanto à informação exagerada. Nos dois casos, a credibilidade da informação seria comprometida em função de interesses propagandísticos. Propomos aqui que um processo de filtragem semelhante afeta as notícias relacionadas aos temas ambientais. Em alguns casos, há uma autorização tácita dos donos do poder para a divulgação de notícias sobre as questões ambientais. Nestes casos, pode ocorrer exagero, despreocupação com a exatidão das informações, resultando em alarmismo a respeito das questões ambientais. Pensamos ser esta a situação na divulgação de notícias sobre o aquecimento global. Não queremos afirmar com isto que não haja ou não possa haver aquecimento global, apenas estamos afirmando que a cobertura deste tema não tem os cuidados que deveriam ser tomados quando se deseja fazer uma cobertura apropriada de um assunto de tamanha relevância. Em outros casos ocorre supressão de informações. O nosso exemplo de análise mostra uma situação deste tipo.

Alguns autores têm sugerido que a presença de novos meios de comunicação, como a internet, impossibilitou um controle hegemônico das informações como está proposto no Modelo de Propaganda de

Herman e Chomsky. A análise que fizemos sobre o caso das hidrelétricas do Rio Madeira mostra que isto é apenas parcialmente correto e que persistem dificuldades substanciais para aqueles que querem divulgar notícias que desafiam as informações propaladas pelos grandes veículos de comunicação, mesmo quando estas últimas são completamente descoladas da realidade.

Na investigação sobre o que estava se passando com as hidrelétricas do rio Madeira, utilizamos ampla documentação que encontramos na internet e isto foi evidentemente bastante útil. No entanto, estas informações precisam ser resgatadas por alguém que tem uma intenção muito clara de verificar dados relacionados a um determinado assunto. Esta condição não é geral. O segundo problema é que isto toma tempo. Um tempo que as pessoas não dispõem ou que dispõem apenas em relação a um ou a alguns assuntos, mas não em relação ao conjunto de assuntos. A investigação detalhada de todos os assuntos demandaria um centro de pesquisas e não é um esforço que se possa esperar do cidadão comum, ocupado com suas atividades cotidianas. Este cidadão ou cidadã deveria receber informação de qualidade quando liga a televisão e não propaganda com aparência de informação.

Claro que estes novos meios de comunicação precisam ser analisados e é evidente que eles provocam modificações importantes nos processos comunicativos, abrindo possibilidades novas e colocando os outros meios de comunicação sob uma nova tensão. No entanto, propor que a internet e os novos meios de comunicação superam completamente os processos de hegemonia comunicativa pode resultar de muita ingenuidade, otimismo democrático ou revolucionário, pressa na análise ou também de simples diversionismo.

A análise de uma reportagem

A Rede Globo é a principal emissora de televisão aberta do Brasil. Frequentemente, a audiência da Globo supera 50% dos televisores ligados. O Jornal Nacional (JN) é seu telejornal mais importante e um de seus programas de maior alcance. Em algumas noites, pode haver mais de 80 milhões de pessoas assistindo ao Jornal Nacional. Durante sua história, a emissora foi acusada de cometer diversos abusos de poder (HERZ, 1987). Por exemplo, em 1967, devido à associação com a Time-

Life¹, sua implantação foi investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que chegou à conclusão que tal associação feria as leis brasileiras. O regime militar daquela época ignorou as conclusões da CPI e manteve a Rede Globo como seu principal veículo de comunicação com a população brasileira. Outro caso interessante é relatado no blog do jornalista Paulo Henrique Amorim sobre a tentativa de manipulação dos resultados da eleição para governador do Estado do Rio de Janeiro de 1982. Naquela época, o então candidato Leonel Brizola acusou a Globo de sonegar informações sobre os resultados da eleição, tentando abrir espaço para uma potencial manipulação do resultado final².

Este texto analisa uma matéria veiculada pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Esta matéria foi escolhida a partir de um *corpus* amplo de matérias sobre questões ambientais, veiculadas por este telejornal, durante o ano de 2007. A matéria escolhida relata um aparente conflito de opiniões entre o Ministério das Minas e Energia (MME) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira. Esta matéria foi escolhida para uma análise em profundidade por seu caráter exemplar. Em outras palavras, ela foi escolhida pela intensa distorção de informações de alta importância para o povo brasileiro.

Durante as últimas décadas, a mídia brasileira não deu grande destaque às questões ambientais. Quando as destacou, centrou-se mais nos eventos, nas personalidades, nos desastres ambientais, (RAMOS, 1996) do que propriamente nas questões ambientais que, quase sempre, foram analisadas de modo superficial e descontextualizado.

Com os debates que cercaram a publicação do relatório do International Panel on Climate Change (IPCC) sobre o aquecimento global em 2007³, o filme “Uma verdade inconveniente” e outros apelos a respeito das questões climáticas, alguns aspectos da questão ambiental passaram para o primeiro plano da cobertura midiática. Em meio a esta situação, o governo brasileiro planejava construir duas hidrelétricas na região amazônica e precisava de uma licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pois estas

¹ Edward Herman e Robert McChesney (1997, p.163-164) consideram a Time-Life pode ser uma empresa de fachada da CIA cujas atividades visavam a implantação de sistemas de comunicação favoráveis aos EUA. No caso do Brasil, além da Globo, o grupo Abril também recebeu vultosos recursos daquela empresa norte-americana.

² <http://plogdopaulohenrique.zip.net/>

³ <http://www.ipcc.ch/ipccreports/index.htm>

obras envolvem questões ambientais de grande relevância. A construção destas hidrelétricas no rio Madeira é vista pelo governo como estratégica para a produção de energia elétrica e, por esta via, para o crescimento da economia brasileira⁴.

Inicialmente, apresentamos uma transcrição da matéria colocada no site da própria emissora (www.globo.com.br). Depois buscamos mostrar elementos que não aparecem na matéria, mas que julgamos indispensáveis para o esclarecimento das informações nela apresentadas. Passemos à matéria:

Data: 28.04.2007

Título: Um debate divide o governo brasileiro.

Tipo: Reportagem

Duração: 03:35

William Bonner⁵: A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente estão pondo Ministérios em lados opostos. Quem conta é a repórter Cristina Serra.

Cristina Serra⁶: O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia.

A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome.

O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa; do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental.

Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes.

⁴ É bom lembrar que em 2001 o Brasil passou por uma séria crise de falta de energia elétrica, que ficou conhecida como apagão. Esta crise foi alardeada pelos veículos de comunicação como uma ameaça ao desenvolvimento econômico do Brasil.

⁵ William Bonner é o âncora e o editor chefe do Jornal Nacional.

⁶ Cristina Serra é uma repórter do Jornal Nacional

Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O Ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

“Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desse, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade”, afirmou o Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

A Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defende o trabalho dos técnicos do Ibama.

“Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro”, disse a Ministra Marina Silva.

A ONG WWF acha que a discussão sobre geração de energia deveria ser ampliada. “Alguns são só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós podemos ter outras opções pra matriz elétrica brasileira. Vários estudos apontam a reponteciação das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Para o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília, Ivan Camargo, as usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país.

“Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. E é uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

A matéria tenta dar um tom de equilíbrio à avaliação que está fazendo da situação, utilizando na superfície uma isonomia verbal. “A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente”. Existem duas necessidades de igual

importância já que metricamente as construções são idênticas e não há nenhuma indicação de maior importância de uma sobre a outra. No entanto, o embate que está “pondo Ministérios em lados opostos” não terminará empatado. Logo saberemos quais são as posições dos lados opostos e, se prestarmos atenção, perceberemos que há sim um vencedor. “Quem conta é a repórter Cristina Serra.”

O verbo “contar” parece longe da função de uma jornalista, que seria a de reportar, de investigar, para produzir uma reportagem. “Contar” sugere intimidade, algo que se soube, que se ouviu, mas não deveria ser empregado em situação de confronto entre dois Ministérios da República. Deduz-se que a repórter tenha intimidade com os lados em conflito e vai se apresentar como mediadora.

Essa noção é amplamente reforçada na frase de Cristina Serra que aparece na seqüência da matéria:

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa. Do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Tal qual pugna pugilística, em que o apresentador tradicionalmente anuncia, “deste lado, fulano de tal; do outro lado sicrano”, aqui fica claro quem são os oponentes e quais as razões que os levaram ao confronto, mediado por Cristina Serra, que nos “conta” essas razões.

Não sabemos como a jornalista (representante do JN) ficou encarregada de mediar a questão, se houve um documento oficial do governo anunciando a disputa, ou se foi por “ouvir dizer” que a levou a perguntar se realmente havia tal problema. Não foi sugerido que as partes interessadas tinham maturidade e responsabilidade suficiente para discutir o problema dentro das esferas de governo, nem se houve um voto de Minerva (do presidente) que decidisse por uma via ou outra.

Novamente o JN se apresenta como mediador: O Ministério do Meio Ambiente está “preocupado” com o impacto ecológico, enquanto o Ministério de Minas e Energia “tem pressa”. “Preocupado” remete à inação, pois é uma situação de indecisão, de calma, de prudência, temendo que aconteça algo negativo. Indica a necessidade de uma análise mais profunda para uma decisão mais ponderada. Já, “ter pressa”, significa urgência, atropelar os procedimentos, colocar seu

objetivo - produzir mais energia elétrica - acima e antes de qualquer preocupação ambiental.

Uma semana antes da divulgação desta matéria sobre as hidrelétricas no rio Madeira pelo Jornal Nacional, o Ibama emitiu um relatório exigindo novos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e alegando que os EIA entregues pela Odebrecht e por Furnas⁷ continham erros grosseiros. Desta forma, o Ibama se recusava a dar a cobiçada licença antes de concluídos os novos estudos de impacto ambiental. Nada disto é mencionado na matéria.

Também não é mencionado que, naquele momento, os funcionários do Ibama estavam em greve devido, entre outras coisas, à pressão para aprovar o projeto. Um dia antes da reportagem, o governo decidiu dividir o Ibama, criando o Instituto Chico Mendes. Esta ação governamental foi descrita no site da Radiobrás:

Foi publicada hoje (27/04/2007) no *Diário Oficial da União (DOU)* a medida provisória (MP 366) que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a nova autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza. A autarquia será responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade. A MP prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao Ibama e agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia serão transferidos para o Instituto Chico Mendes. (<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/27/materia.2007-04-27.9153428197/view>)

⁷ A Odebrecht é uma grande construtora privada, com um longo currículo de serviços prestados ao Estado brasileiro. A Odebrecht controla também a Braskem, maior petroquímica da América Latina. Furnas Centrais Elétricas SA é uma empresa estatal que gerencia diversas unidades de produção de energia elétrica no território brasileiro. Ela gera cerca de 9.900 MW, correspondendo a aproximadamente 10% do consumo brasileiro. (<http://www.furnas.com.br/docs.asp?doc=arcs/pdf/RelatoriodaAdministracao2007.pdf>) As leis brasileiras exigem que os interessados diretos na construção das obras apresentem os estudos de impacto ambiental.

Nenhuma informação sobre a divisão do Ibama e sobre o potencial esvaziamento do poder deste órgão foi feita. Nada também foi dito sobre a relação entre esta divisão e os problemas relacionados à obtenção da licença para a construção das represas no rio Madeira. Temos apenas a seguinte fala da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva: “O diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro”.

Com a divisão do Ibama e a greve de seus funcionários, a reportagem teria que ter explicado muito bem a fala da Ministra de que o “diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro”. Sem estas explicações, podemos pensar que a Ministra estava se referindo às pressões que levaram à divisão do Ibama. Pressões que podem ter levado à “desconstituição” do órgão público responsável pela concessão da licença ambiental para as hidrelétricas.

Curiosamente, a postura do Jornal Nacional coincidia com aquela sustentada pelo presidente do Brasil. Na verdade, Lula havia declarado em diversas oportunidades sua posição favorável à construção das duas hidrelétricas. No dia 03 de maio de 2007, apenas cinco dias após a matéria, o presidente brasileiro fez mais uma declaração com este teor ao participar da inauguração de uma hidrelétrica em Uberlândia - MG.

O projeto mais importante para o Governo Lula⁸ é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cuja principal obra é a construção das hidrelétricas no rio Madeira. Como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) - responsável pelo IBAMA - e o Ministério de Minas e Energia (MME) estavam em conflito quanto à aprovação destas obras, a pressão pública e política poderiam resolver o impasse. Uma boa maneira de se fazer isso é tornar pública essa disputa, por exemplo, utilizando o Jornal Nacional para divulgar a existência de um conflito. Em outras palavras, os mais poderosos dentro do Estado, aqueles que realmente comandam as ações, precisam livrar-se do impasse e seguir adiante com a proposta das hidrelétricas. O JN era um instrumento para resolver o impasse, uma forma de construir uma opinião pública favorável à proposta de construção das hidrelétricas. Assim, pode-se apresentar a questão, os argumentos de cada lado e, ao final da arguição, pode-se sugerir a solução que deveria ser adotada: acelerar a aprovação das obras desprezando a autoridade e os procedimentos técnicos do Ibama. Por

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva ou simplesmente Lula, é o atual presidente do Brasil.

esta via, descartou-se a possibilidade de se respeitar o ambiente, pois isto seria considerado arriscado, podendo levar à falta de energia elétrica nos próximos anos. O argumento foi apresentado desta forma, ainda que possamos suspeitar que as preocupações mais relevantes tenham sido com os negócios bilionários oriundos da construção destas hidrelétricas.

Silas Rondeau, Ministro do MME, renunciou poucas semanas depois, no dia 22/05/2007, acusado de envolvimento em atos de corrupção investigados pela Polícia Federal na denominada “Operação Navalha”.

Antes de chegar ao pomo da discórdia, temos outro elemento importante nos dizendo que esse problema de desentendimento entre os Ministérios é recorrente:

O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia. A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética.

Esse é então apenas o mais recente episódio da disputa. Quais seriam os outros? Os desastres produzidos por essa pressa em construir outras hidrelétricas como Itaipu, Sérgio Motta e Tucuruí⁹ não são mencionados na matéria. Está clara a premência de se construir as duas hidrelétricas, pois são “ambas consideradas fundamentais para o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento”. Ora, de um lado o Ministério do Meio Ambiente está inerte, preocupado, e do outro, o Ministério de Minas e Energia com uma missão que não é apenas importante, mas fundamental para o crescimento - acelerado - do país. A adjetivação utilizada para as partes em disputa indica as formas do antagonismo, tal como se deseja construí-lo.

⁹ Tomemos um exemplo ocorrido durante a construção de Tucuruí. De acordo com Sebastião Pinheiro (1989), em Tucuruí foram utilizados agrotóxicos para matar a floresta dentro da área inundada. Estes agrotóxicos contaminaram o ambiente, em particular as águas da região, causando doenças e mortes de animais e pessoas.

Como se não bastasse, o crescimento acelerado é reforçado por números cujo significado pouca gente sabe. São citados os 4 mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. Essa é a proposta do MME: energia elétrica para crescimento acelerado. Quem poderia se opor? Esperamos pelos benefícios oferecidos pelo MMA, mas temos apenas a preocupação com o impacto ecológico, nada mais do que isso. Se existem outros argumentos e benefícios, eles não são referenciados na matéria. Quase nada é dito sobre o que será destruído ou preservado. O contexto da matéria leva à dedução de que são apenas entraves burocráticos ao progresso.

A seguir, quem ganha voz de acusação é o MME:

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental. Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes. Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

Pede a regra da equivalência jornalística que os lados apresentem suas posições de igual maneira. Se um lado acusa o outro, é de se supor que sua atuação mais ofensiva exija ações contra o lado inerte ou que este lado inerte passe à ação. Além disso, quando Cristina Serra diz que o Ibama analisa os estudos “há dois anos”, a ênfase na voz reforça a idéia de morosidade. Dois anos é muito tempo, está claro.

A situação do Ibama piora quando tomamos conhecimento da razão para tamanho atraso: “as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes”. A contraposição da “reprodução de algumas espécies de peixes” com o crescimento acelerado do Brasil e 4 gigawatts, parece não deixar dúvida sobre quem está certo. O que são “algumas” espécies de peixes para frear o crescimento do país? Afinal, nem são muitas. Talvez duas ou três, que é a quantidade que cabe dentro do pronome indefinido “algumas”. Tampouco são várias ou muitas, o que suscitaria alguma preocupação. Também não se fala em extinção das espécies, mas apenas que sua reprodução seria “prejudicada”. O outro argumento parece ter menos importância ainda. “O Rio Madeira - por ser barrento - provocaria um acúmulo de sedimento

nas barragens da hidrelétrica, afetando a capacidade dos reservatórios”. O que isso realmente significa, não está apresentado de maneira clara.

No entanto, ao pesquisar um artigo do New York Times de 11 de junho de 2007¹⁰, soubemos que “algumas espécies de peixes” são na verdade mais de 500, pois, de acordo com New York Times, a bacia do Rio Madeira tem mais espécies catalogadas que qualquer outro rio do mundo¹¹. Assim, a maior biodiversidade em peixes do mundo é transformada pelo JN em “algumas espécies”.

O acúmulo de sedimento é muito mais importante do que nos conta a repórter. Como o Rio Madeira nasce nas encostas dos Andes, carrega uma grande quantidade de sedimentos que fertiliza as margens do Rio Amazonas. Estes sedimentos fornecem nutrientes para uma vasta cadeia de seres vivos, além de fertilizar as terras agrícolas ao longo do rio Amazonas. Na verdade, os sedimentos do rio Madeira correspondem a mais da metade dos sedimentos que o rio Amazonas lança no Atlântico. Tudo isto é transformado em “águas barrentas”.

Estes dados foram completamente ignorados. Caso fossem incorporados à matéria, o impacto sobre a opinião pública seria potencialmente muito diferente. Como foram desprezados, podemos perguntar sobre as fontes consultadas e escolhidas para a redação da matéria. Os redatores do JN indubitavelmente têm acesso à internet, onde todas estas informações podem ser facilmente acessadas. Ao realizar uma pesquisa com o cruzamento das expressões “Rio Madeira” e “hidrelétricas”, conseguimos muitos resultados que questionam de maneira veemente os dados apresentados na matéria.

Por exemplo, o site: <http://olhonahistoria.blogspot.com/2008/12/30-falhas-no-eia-rima-do-rio-madeira.html> contém um relatório escrito em 2006, que aponta vários problemas na análise ambiental, intitulado: “Estudos Não Confiáveis. 30 falhas no EIA-RIMA¹² do Rio Madeira”.

Algumas das informações mais relevantes:

¹⁰

http://www.nytimes.com/2007/06/11/world/americas/11amazon.html?_r=1&pagewanted=2

¹¹ O trabalho de Camargo e Giarrizzo (2007) identificou a presença de 133 espécies de peixes em apenas um dos afluentes do rio Madeira que fica logo a jusante do local onde serão instaladas as hidroelétricas.

¹² Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental

1. Em 26 de junho de 2006, o Ministério Público Estadual de Rondônia e o Consórcio formado pelas empresas Odebrecht e Furnas assinaram um Termo de Compromisso para a realização de uma série de estudos sobre os documentos que fazem parte do processo de licenciamento do conjunto hidrelétrico do Rio Madeira. O Termo estabeleceu que o mesmo produziria efeitos legais a partir de sua assinatura e teria eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, do artigo 79-A, da Lei 9.605/98 e do artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil. Além disso, o Termo convidava o Ibama a aderir ao mesmo ao “considerar os resultados do relatório entre os condicionantes” do processo de licenciamento.

2. No âmbito do convênio, foi contratada a empresa de consultoria COBRAPE, de São Paulo, que foi remunerada diretamente pelo consórcio empreendedor. Foram sub-contratados 19 especialistas reconhecidos em diversas disciplinas, aos quais foram submetidos os estudos realizados com o objetivo de obter o licenciamento do empreendimento, e que deveriam ser discutidos em audiências públicas. Neste documento, são extraídos os 30 principais questionamentos entre os muitos outros considerados falhos pelos especialistas: dessa forma é colocada potencialmente em xeque a viabilidade do mesmo e, com certeza, a legitimidade dos documentos produzidos para efeito de licenciamento. Alguns questionamentos também levam a considerar parcialmente inadequados os próprios termos de referência originais estabelecidos pelo órgão licenciador.

3. Abrangência Equivocada: Falta Estudar a Hidrovia.

“Em maio de 2006 o Ministério das Minas e Energia deixou claro que nenhuma decisão foi tomada sobre a construção de eclusas (Brasil, MME, 2006). A pergunta fundamental é se o adiamento de uma decisão sobre as eclusas perdoa os proponentes das represas de qualquer responsabilidade por considerar impactos da hidrovia nos estudos de impacto ambiental. Pondo as eclusas nas barragens de Santo Antônio e Jirau implica que a barragem de Guajará-Mirim será aprovada e será construída. Esta Represa seria localizada entre as cidades de Abunã e Guajará-Mirim. Na prática, fazer um grande investimento de antemão cria uma força política que geraria pressão sobre reguladores para aprovar a represa subsequente. Uma solução para minimizar este efeito seria de apenas deixar o espaço para posterior construção das eclusas, sem as construir de fato”.

4. Área Alagada Pode ser o Dobro do Estimado.

“Tomando como exemplo a área de entorno da Usina do Jirau, mostrada pela Figura número 8 do RIMA, uma redução em 20 m no nível base do MDE resultaria num aumento dos limites da área alagada até a curva de nível de 95 m, o que representaria um aumento de mais que 100% na área alagada [grifo nosso] mostrada na figura. Se esse erro realmente ocorreu, todos os estudos de impacto realizados até o presente momento seriam comprometidos. As áreas de influência direta e indireta teriam que ser redefinidas e todos os estudos e simulações refeitas”.

5. Negligenciados estimativa e impactos do aumento populacional.

“Não se pode aceitar que, como está explicitado no EIA/RIMA, o impacto populacional seja tão pequeno quanto o calculado, quando as experiências históricas locais são de que existe uma alta atratividade para a região e ainda mais, por outros projetos já realizados, o retrospecto é de que os impactos fizeram com que as populações dessem saltos bem além das expectativas”.

6. Omissão sobre o Alagamento em Território Boliviano.

“Mesmo que o efeito de sedimentação esteja ignorado, a água do Reservatório de Jirau afetaria a Bolívia. Ao nível operacional normal de 90 m sobre nível do mar, o reservatório estende a montante de Cachoeira Araras, onde a Bolívia limita o Rio Madeira e onde o nível de água é só 85,0 m sobre o mar durante o período de vazante, de agosto a outubro (Molina Carpio, 2005, pág. 109). O estudo de viabilidade também indica isso durante os períodos de fluxo baixo (5.600 m³/s) e de fluxo médio (16.600 m³/s): mesmo sob o plano de operação e em níveis variáveis de água, o nível de água aumentaria na altura da confluência com o Rio Abunã, situado 119 km a montante da barragem de Jirau, este local sendo o começo do trecho onde o Rio Madeira forma a fronteira entre o Brasil e a Bolívia”.

7. Falta Identificar as Espécies mais Afetadas.

“A lista de espécies apresentada não especifica quais seriam as espécies endêmicas ou de distribuição restrita mais vulneráveis ao empreendimento, ou seja, aquelas mais associadas ao ambiente de corredeiras. Não ficou caracterizado quais eram espécies relacionadas ao ambiente de correnteza ou não. Estas espécies devem ser monitoradas ao longo do processo da construção das hidrelétricas e também durante o período de geração de energia. Deste

modo, é essencial que se conheça quais são as espécies endêmicas ou de distribuição restrita que devem ser monitoradas”.

8. Omissão de Impactos Expressivos na Pesca no Estuário do Rio Amazonas.

“Dois aspectos devem ser levados em consideração, a grandeza do rio Madeira e o efeito imediato da redução de recrutas para a pesca do estuário e dos rios da planície amazônica. Se a produção de ovos/larvas for proporcional à vazão do rio ou descarga de sedimentos, o rio Madeira teria uma importância quase igualitária com o Amazonas e uma interrupção da descida desses jovens poderia agravar dramaticamente o efeito da sobrepesca de crescimento desses estoques no estuário. A pesca no estuário tem uma importância social e econômica muito grande, sendo um dos poucos lugares em que se mantém uma exportação regular de pescados amazônicos”.

9. Fauna: Coleta Insuficiente e Impactos Não Avaliados.

“O esforço de coleta utilizado foi insuficiente, como ressaltado pelos próprios autores, para avaliar a real diversidade taxonômica da mastofauna local. A inexistência de informações impede que análises comparativas entre a área estudada e outras em outras porções da Amazônia sejam feitas. Os trabalhos de avaliação de impacto ambiental (...) limitam-se a listar espécies presentes, avaliar sua abundância e a comparar a lista das espécies encontradas com aquelas consideradas como ameaçadas de extinção. É um lamentável paradoxo, portanto, que o estudo de impactos ambientais apresentado seja de restrita capacidade para desempenhar sua principal função: a de avaliar os impactos ambientais que serão decorrentes da construção das hidrelétricas”.

Mas, estas falhas nos Estudos de Impacto Ambiental não foram apontadas apenas pelos organizadores do site citado. Um relatório publicado pela ONG Amigos da Terra - Brasil aponta outros problemas que também não foram considerados, por exemplo:

O Rio Madeira é o maior afluente do Rio Amazonas, com uma extensão de 1.700km somente no território brasileiro e uma vazão média de 23.000m³/s. O Madeira é responsável por aproximadamente 15% do volume de água e de 50% do sedimento transportado pelo Rio Amazonas para o Oceano Atlântico. Essa enorme carga de sedimentos regula os sistemas biológicos das vastas planícies ao longo dos rios Madeira e Amazonas. (<http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>)

Esta parte da reportagem em que os motivos e argumentos do Ibama são transformados de modo a parecerem irredutíveis e inexplicáveis; foi finalizada de modo enfático: “o Ibama não deu prazo para concessão da licença”. Cria-se tensão aqui. O país tem pressa de crescer e o Ibama não dá prazo para liberar a licença que pode prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes. Curiosamente, nenhum técnico do Ibama foi ouvido pela reportagem. Assim, podemos concluir que o JN não quis dar voz a este órgão governamental, legalmente responsável pela avaliação do projeto e que estava confrontando os argumentos produzidos pelos que querem construir as hidrelétricas.

Apesar de não entrevistar os técnicos do Ibama, o JN resolveu mostrar uma ameaça feita pelo Ministro das Minas e Energia que, aparentemente, não precisa do Ibama para nada, pois há uma outra suposta autoridade aprovando o projeto.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O Ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

A matéria analisada apresenta especialistas do Banco Mundial como avaliadores destes projetos que serão executados no território brasileiro e que envolvem questões ambientais. De início, precisamos lembrar que o Banco Mundial não tem autoridade para aprovar ou desaprovar os aspectos ambientais de projetos que serão implantados no Brasil. No caso específico das hidrelétricas do rio Madeira, o Banco Mundial pode inclusive ser parte interessada, pois, existem denúncias de que recursos deste Banco são utilizados pelo BNDES para financiar o projeto¹³. Além disto, a atuação do Banco Mundial na área ambiental tem sido objeto de críticas¹⁴ frequentes. Assim, o Banco Mundial não

¹³ Denúncias sobre este assunto encontram-se no próprio site do BNDES. <http://www.plataformabndes.org.br/index.php/pt/entrevistas/58-principal/175-financiamento-do-banco-mundial-e-presente-para-quem-destroi-a-floresta-diz-ambientalista> (acesso em 07 de abril de 2009).

¹⁴ O trabalho de James M. Sheehan é um excelente exemplo das acusações que tem sido feitas contra o comportamento ambiental do Banco Mundial.

possui autoridade legal ou moral para fazer avaliações ambientais dentro do território brasileiro. A simples pretensão em ter tal autoridade implica em grave ataque à soberania brasileira.

Mas, segundo a matéria, os especialistas do Banco Mundial foram contratados pelo Ministério das Minas e Energia, como podemos perceber na seguinte frase: “O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra.” O aval destes especialistas do Banco Mundial à construção das hidrelétricas é mais uma forma de questionar os pareceres negativos dos técnicos do Ibama, que podem assim ser considerados injustos e arbitrários. Os problemas objetivos nada teriam de ambientais, mas seriam conseqüências de ideologias equivocadas que conduzem as ações do Ibama.

Estranha situação essa. O Banco Mundial é sutilmente apresentado como tendo o poder de decidir sobre assuntos ecológicos dentro do território brasileiro, muito melhor do que o Ibama. Se os especialistas do Banco Mundial aprovaram a obra, por que razão o Ibama insiste na obstrução? Não há nenhuma evidência sobre os critérios ambientais utilizados pelos especialistas do Banco Mundial, nem quem são esses “especialistas” e suas linhas de orientação no que tange à preservação do ambiente. O título Mundial que adjetiva o banco tem uma clara conotação de importância. Da mesma forma, a palavra especialista remete à idéia de alguém que detém um grande conhecimento sobre os assuntos em pauta. Assim, especialista é alguém que supostamente pode emitir um parecer decisivo sobre um assunto. No entanto, não são apresentados nomes, rostos ou credenciais técnicas.

Reforçando a voz preferencial do MME, sabemos do ultimato do seu Ministro, Silas Rondeau: “só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama’. Se o Ibama já disse que não há prazo para entrega do relatório - nem se vai autorizar a construção - a cisão está criada. Como resposta, o Ministro apresenta outras soluções mais como ameaça do que como alternativas energéticas, ao dizer: “a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III”.

Antes de analisarmos as implicações dessas opções é possível constatar que, apesar de o Banco Mundial ter dado sua aprovação ao projeto, a última palavra é mesmo do Ibama. Qual a razão então de apresentar argumentos sem poder decisório? Por que gastar dinheiro com um relatório se, oficialmente, não serve para nada? Mencionar a

aprovação do Banco Mundial parece ser apenas um reforço argumentativo do próprio JN, pois o MME em nenhum momento utiliza o relatório a seu favor. Aqui não fica claro se o MMA e o próprio Ibama aprovariam a construção de termelétricas a carvão (altamente poluidoras) ou a construção de outra usina nuclear, cujos riscos, ineficiência e custos são bastante conhecidos. O impacto ambiental causado por essas alternativas também não está sequer sendo apresentado ou discutido, mas já são apresentadas como piores pelo tom de ameaça da fala do Ministro de Minas e Energia. Não há comentários sobre o fracasso na geração de energia elétrica das duas usinas nucleares que operam muito abaixo da capacidade por problemas técnicos na construção.

A seguir, dando voz e espaço aos argumentos do Ministro de Minas e Energia, fica patente o favorecimento de uma opção sobre outra na mediação do JN.

Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desses, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade, afirmou o Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

O tom de ameaça é reforçado, pois implica em perdas para o país, com “uma energia mais cara e ambientalmente da pior qualidade”.

Em momento algum, a repórter Cristina Serra questiona o que poderia significar essa pior qualidade ambiental. Se a necessidade econômica deve prevalecer sobre a conservação do ambiente, então as leis ambientais não podem prejudicar os grandes negócios. A preocupação ambiental é mantida como algo superficial, retórico. Ela é apenas um princípio para o embelezamento, um ornamento sem muitas funções práticas. Supostamente inseqüente e desnecessária, ela poderá ser ignorada toda vez que se interpuser no caminho do crescimento econômico, do mundo das necessidades reais. A conservação ambiental não é tratada como sendo uma necessidade real, mas apenas como algo secundário, desprezível face às necessidades econômicas.

A Ministra do MMA, Marina Silva, finalmente aparece para justificar porque houve tanto atraso na entrega da licença. Diz ela em tom conciliador, legalista, mas enérgico:

Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro, disse a Ministra Marina Silva.

A fala da Ministra reforça a existência de um ambiente legal a ser respeitado, que faz parte da ordem constitucional. Rejeita a preponderância de um Ministério sobre o outro ao oferecer “o diálogo institucional que é um diálogo de construção, e não de desconstituição de um setor em relação ao outro”.

A caracterização das falas requer atenção: ao denominar a de Silas Rondeau com um imperativo “afirma” e a de Marina Silva com um suave “disse”, fica estabelecido o tom mais enérgico do Ministro. “Afirmar” carrega um sentido mais enfático do que “dizer”. O JN nada diz sobre o significado da “desconstituição de um setor” a que faz referência a então Ministra. Ora, este episódio levou a uma série de desligamentos de funcionários do MMA e do Ibama, que ficaram inconformados com as decisões tomadas.

Terminada a fase expositiva da reportagem, o JN sugere agora aos lados conflitantes e aos telespectadores ouvirem outras partes, por ele selecionadas baseando-se em critérios que não foram apresentados.

Uma das opiniões escutadas é a da ONG, World Wildlife Fund - algo como fundo mundial para a vida selvagem. Não sabemos qual a capacidade técnica da WWf ou da pessoa que fala em seu nome, mas o JN abre espaço para que seu representante se pronuncie.

Alguns tão (sic) só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós podemos ter outras opções pra (sic) matriz elétrica brasileira. Vários estudos apontam a reponteciação (sic) das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Quando usa o sujeito indeterminado “alguns”, Mauro Armelin parece estar se referindo a Silas Rondeau. A polarização “ou é hidrelétrica ou é nuclear” ganha uma terceira via ao dizer que “não é isso que se busca”. Quem busca? A falta de um sujeito na frase não permite que saibamos em nome de quem ele está falando. Não sabemos também como as conclusões a respeito da polarização hidrelétrica-nuclear foram alcançadas. Armelin segue tentando mostrar que “nós podemos ter outras opções pra matriz energética brasileira”. Quem somos “nós”? Continuamos também ignorando a base teórica na qual ele se assenta para apresentar tais opções. Na verdade, ela é apenas uma: “a repotenciação das usinas, podendo gerar oito gigawatts”.

O potencial de 8 gigawatts parece não ter chamado a atenção de Cristina Serra, apesar de ser o dobro do anunciado com a construção das hidrelétricas. Números são de difícil entendimento em linguagem televisiva, sobretudo quando saem da esfera do cotidiano. A informação é ignorada, tanto quanto o modo de se chegar a essa geração de energia. Sem explicar o que é repotenciação, nem perguntar aos lados interessados se tal possibilidade seria estudada, a fala é caracterizada com um simples e fraco “acredita”, como se seu conteúdo não tivesse validade. “Acredita”, neste caso, parece ser uma opinião isolada, sem nenhum referendo técnico. Afinal, o que sabe este senhor de matrizes energéticas?

Uma pesquisa mais detalhada nos revela possíveis motivos para a presença de Mauro Armelin e a opinião tão assertiva da ONG que ele representa.

Em seu artigo: *The Greening of the World Bank*¹⁵ publicado em 12 de abril de 2000, no site do Cato Institute¹⁶, James M. Sheehan mostra o uso estratégico feito pelo Banco Mundial dos recursos que concede às ONG´s de caráter ambiental. O Banco Mundial busca parecer mais responsável ambientalmente. Esse “verdejar” por parte do Banco, é descrito apenas como uma manobra diversionista e de sobrevivência organizacional, onde, por meio do financiamento de ONG´s, o Banco consegue opiniões favoráveis para os financiamentos que concede à grande obras. Diz Sheehan (2000):

¹⁵ O verdejar do Banco Mundial

¹⁶ <http://www.cato.org/pubs/fpbriefs/fpb-056es.html>

O Banco Mundial tem um histórico ambiental pífio, que os ambientalistas vêm condenando faz tempo. Suas políticas de empréstimos têm financiado a destruição ecológica, a violação de direitos humanos e o deslocamento forçado, e seus projetos têm sofrido de uma alta taxa de insucesso, de acordo com os próprios critérios do banco (SHEEHAN, 2000).

Entre esses insucessos, está o projeto Polonoroeste que previa a abertura de uma vasta área para a agricultura na Amazônia brasileira, e uma extensa malha rodoviária para interligar o projeto ao resto do país. O resultado foi um desastre do ponto de vista do planejamento central. Facilitado pelos US\$ 443 milhões em empréstimos do Banco Mundial, o projeto introduziu práticas agrícolas de corte e queima da floresta, agravando o desmatamento da bacia Amazônica e vários problemas sociais. Continua Sheehan (2000).

{...} Desde a metade dos anos 90, todavia, o banco tem apaziguado os seus críticos ao incluir ONGs nas suas operações. Como conselheiros do Banco Mundial e condutos para seus empréstimos, as ONGs têm participado de modo crescente nas atividades do banco nos últimos anos. O banco parece ter criado uma nova clientela de ONGs ambientalistas. Embora o banco não tenha sido capaz de demonstrar que a qualidade de seus empréstimos tenha melhorado significativamente do ponto de vista ambiental, de modo geral, os grupos ambientalistas têm sido mais cautelosos em suas críticas sobre o banco e não advogam mais a redução ou a suspensão dos financiamentos do Banco Mundial, como faziam nos anos 80 e no início dos anos 90 (SHEEHAN, 2000).

Examinando o artigo de Sheehan (2000), podemos conjecturar sobre os motivos do interesse do Banco Mundial nas hidrelétricas do Rio Madeira.

Para combater um possível aquecimento global e perturbações climáticas relacionadas no próximo século, o Banco Mundial propõe uma redução global na porcentagem de eletricidade gerada de combustíveis fósseis dos atuais 80% para 25% até 2050 (SHEEHAN, 2000).

No Brasil, a WWF é acusada de tentar bloquear a publicação dos livros *Máfia verde* (Executive Intelligency Review, 2005) e *Máfia verde II*

(LINO; CARRASCO; COSTA, 2005) que denunciam uma estratégia neocolonialista encoberta pela idéia de proteção ao ambiente.

Este foi o caso, por exemplo, da frustrada tentativa de apreensão judicial do livro feita pela seção brasileira do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), que já movia um processo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) desde o final do ano anterior. Na ocasião, logo após o depoimento de Carrasco no Senado, o WWF-Brasil tinha como presidente o vice-presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, o que fez com que a tentativa de apreensão resultasse na ironia de uma entidade dirigida por um jornalista tentando suprimir uma publicação e a própria liberdade de expressão (LINO, 2005, p. 5).

Na matéria, a WWF é apresentada como fonte de referência neutra na disputa. Aparentemente, a WWF protegeria apenas os interesses da natureza e teria propostas alternativas à construção das hidrelétricas. T tamanha inocência está longe da realidade. A WWF e o Banco Mundial são parceiros na *Alliance for Forest Conservation & Sustainable Use*¹⁷, mas isso não é esclarecido ou citado na matéria. O maior projeto desta parceria está ocorrendo justamente na região amazônica. De acordo com o relatório anual de 2005 do Global Forest Alliance, o governo brasileiro envolveu a WWF no Projeto Arpa, que reúne mais de 25 milhões de hectares na Amazônia. Em contrapartida a este envolvimento a WWF teria doado o valor de US\$ 3,5 milhões para a conservação desta enorme área. Em larga medida, a origem destes recursos foi o Banco Mundial. Em outras palavras, foram “doados” aproximadamente US\$ 0,12 por hectare. Uma transação (imobiliária?) que mereceria muita atenção por parte da população brasileira. Também é omitido que José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, foi presidente da WWF-Brasil de novembro de 1999 até novembro de 2002. O mesmo José Roberto Marinho tinha um segundo mandato até setembro de 2005, ao qual renunciou. Assim, seria um grande exercício de ingenuidade considerar a WWF isenta ou representante desinteressada da natureza.

Assim, o JN deu voz a uma fonte que não é isenta de interesses no processo de construção das hidrelétricas no Rio Madeira como se quer

¹⁷ O relatório *Global Forest Alliance* sobre esta parceria pode ser encontrado no site <http://www.worldwildlife.org/what/globalmarkets/forests/WWFBinaryitem7334.pdf>

fazer crer. Não há que se pensar muito nas razões que levaram a TV Globo a escolher a WWF como fonte de consulta técnica. O embricamento (e o conflito) de interesses aparece de forma inequívoca e suscita sérias questões de ordem ética.

No entanto, a próxima opinião parece ser gabaritada, pois é emitida por um professor universitário. A matéria está chegando ao seu final e é necessário dar uma última palavra sobre o assunto para que o raciocínio lógico se complete. Afinal, desde o princípio, tratava-se de expor uma disputa entre dois lados divergentes em relação à construção das hidrelétricas no rio Madeira, e agora estamos perto de saber quem está com a razão. Diz o professor de engenharia elétrica, da Universidade de Brasília, Ivan Camargo:

As usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país. Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. E é uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

Na edição deste depoimento, a estratégia é usar uma fala fora do seu contexto, dando a impressão de que a pessoa está de acordo com determinado fato, no caso, a construção de hidrelétricas no Rio Madeira. Em momento algum, o professor Ivan Camargo refere-se a essas hidrelétricas especificamente, mas à hidrelétricas de modo geral. Não se pode deduzir que todas as hidrelétricas sejam iguais. Esse deslocamento é problemático e pode manipular o verdadeiro julgamento do professor. Editar imagens não pode ser equivalente a editar contexto. O contexto do discurso deve ser respeitado na sua integridade.

Da forma como a matéria se encontra editada, ao se posicionar a favor das hidrelétricas, o professor aparentemente exclui as outras soluções, como as termoelétricas e a energia nuclear, afinal, “o potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande”. Por ser renovável, “é interessante”, já que “vai durar muito tempo e nos dar uma energia barata”. Em se tratando de um professor, parece tranquilo que a “caracterização” da sua fala seja um “explica”, pois explicar é uma atividade típica dos professores. Explicar também remete ao domínio da razão, da análise, da ponderação. No entanto, não temos nenhuma pista sobre a questão fundamental que se apresenta aqui, como suprir a

demanda por energia elétrica no país, com a construção de hidrelétricas, sem causar danos ao ambiente. Ao dizer que “o potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande” e que “temos muito potencial ainda”, além de ser “uma vantagem que nós temos” (sobre os países que não têm essa opção) estaria o professor insinuando que as usinas de Santo Antônio e Jirau seriam as duas melhores opções? Quais as alternativas? A matéria se encerra em tom aparentemente neutro. Assim editada, a fala do professor aparentemente dá razão às afirmações feitas pelo Ministro das Minas e Energia que também disse que as hidrelétricas (do rio Madeira) são a melhor opção para a produção de energia elétrica.

Considerações Finais

No telejornalismo há reportagens que são feitas por recomendação da presidência da emissora, e por isso são chamadas de “rec”. Quando um assunto sensível atinge as altas esferas do governo, como ocorre neste caso, dispositivos de poder internos às emissoras podem ser acionados para levar ao ar uma reportagem com uma abordagem que favoreça um ponto de vista, enquanto se tenta fazer com que ela pareça ser uma avaliação neutra. O próprio Roberto Marinho declararia a Contreiras (1993) que defendia seus interesses, agia como poder de mídia na política e valorizava o grupo jornalístico que tinha em mãos.

Sou um formador de opinião e tenho responsabilidades muito grandes {...} Eu não temo um presidente da República pela antipatia que ele possa ter pela TV Globo, pelo Globo ou pela minha pessoa. Se fosse um grande presidente e sua única falha fosse antipatizar com minha organização jornalística, eu superaria isso. A nossa posição, naturalmente, algumas vezes, é consequência da posição que se adota (CONTREIRAS, Jornal da tarde, 6 de abril 1993).

Pelo tempo da reportagem - acima da média -, pelo enorme montante de recursos financeiros envolvidos e o conflito entre Ministros do governo, podemos supor que se trata de uma reportagem “recomendada”. Extremamente tendenciosa, dá a aparente idéia de equilíbrio entre os Ministérios, mas pela escolha do discurso direciona a conclusão pelo crescimento econômico proposto pelo PAC. Ao omitir as

relações entre o governo brasileiro, o Banco Mundial, a WWF-Brasil, José Roberto Marinho e, portanto, as organizações Globo, a matéria torna-se questionável eticamente.

Novamente recorremos ao que disse Roberto Marinho a Contreiras (1993) no que tange à ética.

E´ uma preocupação natural. O Globo tem uma permanente preocupação ética. Não nos sentimos atraídos por assuntos que dariam lucros, mas que afetariam a ética (...) todos os programas que asseguram sucesso mas que abrem mão da ética têm duração muito pequena. Isso ocorre no jornalismo e na televisão também. É um sucesso efêmero (CONTREIRAS, Jornal da Tarde, 6 de abril 1993).

A reportagem altera as relações de poder ao dar voz para os especialistas do Banco Mundial que aprovam o projeto, e desqualifica o Ibama; na verdade, único órgão habilitado a emitir pareceres técnicos sobre este assunto dentro do ordenamento jurídico vigente.

A estratégia de construção dos sentidos é feita pela oposição do crescimento econômico (PAC, MME, hidrelétrica) x atraso: (MME, natureza, peixes). A omissão do elemento humano, da população local, tira o aspecto emocional da reportagem, fazendo um recorte aparentemente técnico.



Figura 1 - Protesto contra a construção das hidrelétricas no Rio Madeira

Fonte: <http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>

Se as questões ambientais levantadas pelo Ibama e por diversos ambientalistas são tratadas com menosprezo, as questões sociais nem são mencionadas. No entanto, pelas dimensões das obras, a experiência nos ensina que haverá deslocamento das pessoas que residem nas áreas inundadas; migração de pessoas que ajudarão a construir as barragens e de suas famílias; construção de estradas; desmatamento; aumento da atividade econômica no entorno das represas, entre outras coisas.

A matéria nada fala sobre o grande projeto de ocupação desta área do entorno para a produção de soja que deverá ser exportada pelo Pacífico. Este plano envolve a construção de quatro grandes rodovias e o derrubada de aproximadamente 7 milhões de hectares de floresta amazônica¹⁸. A matéria ainda sonega os protestos do governo boliviano que, em diversas oportunidades, solicitou novos estudos de impacto ambiental.

Após assistir à matéria com pouco conhecimento das questões ambientais amazônicas, dos reais objetivos do PAC ou da construção das hidrelétricas do rio Madeira, das conseqüências sociais de obras desse porte e sem ter acesso às informações que lhe foram sonegadas, resta ao

¹⁸ http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/pdfs/RIO_MADEIRA.pdf

espectador médio apenas a possibilidade de acreditar que o Ibama não deve mesmo se opor ao crescimento econômico em nome da reprodução de “algumas” espécies de peixes. Assim, podemos afirmar que o JN ignorou todos os relatórios técnicos que denunciavam as falhas do projeto, optando por criar sua própria versão sobre “o debate que divide o governo brasileiro”. Como diria Roberto Marinho, a Rede Globo acabou de formar mais uma opinião.

Referências

- BEAUGRAND, R. Critical discourse analysis from the perspective of ecogism. *Critical discourse studies* (113-141). London: Routledge, 2004.
- BLOOR, M.; BLOOR, T. *The practice of critical discourse analysis*. London: Hodder Arnold, 2007.
- CAMARGO, M.; GIARRIZZO, T. Fish, Marmelos Area Conservation (BX044), Madeira River basin, states of Amazon and Rondônia, Brazil. *Check List* 3(4): 291-296, 2007.
- EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW. *Máfia verde: o ambientalismo a serviço do governo mundial*. Rio de Janeiro: MSIA, 2005.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FRIENDS OF THE EARTH. *The Amazon river´s largest tributary is under threat*. Disponível em http://www.foei.org/en/get-involved/take-action/pdfs/RIO_MADEIRA.pdf Acesso em 16 maio 2009.
- FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS SA. *Relatório da administração 2007*. <http://www.furnas.com.br/docs.asp?doc=arcs/pdf/RelatoriodaAdministracao2007.pdf>
- HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.
- HERZ, D. *A história secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê Editora, 1987.
- INTERNATIONAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *IPCC fourth assessment report*. Disponível em <http://www.ipcc.ch/ipccreports/index.htm> Acesso em 16 de maio 2009.
- JOHNSTONE, B. *Discourse analysis*. Malden: Blackwell publishing, 2008.
- LINO, G.; CARRASCO, L.; COSTA, N. *Máfia verde II*. Rio de Janeiro: MSIA, 2005.
- HERMAN, E.S.; McCHESNEY, R. *Global media: the new missionaries of corporate capitalism*. London: Cassel, 1997.

- PINHEIRO, S. **O agente laranja em uma república de bananas**. Porto Alegre: Edições Sulinas, 1989.
- RAMOS, L.F.A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1996.
- RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SAINT, S. A critical discourse analysis of corporate environmental harm. **Internet Journal of Criminology** (2008). Disponível em www.internetjournalofcriminology.com; acesso em 07 set 2009.
- SHEEHAN, J.M. **The greening of the World Bank: a lesson in bureaucratic survival**. Disponível em <http://www.cato.org/pubs/fpbriefs/fpb-056es.html> Acesso em 07 abr 2009.
- VAN DIJK, T.A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.